



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

O Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2024, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2023, nos termos do item 2, do Anexo C, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes

A Administração da Companhia informa que foram publicados, em 28 de fevereiro de 2024, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes S.S., e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2. Destinação do resultado do exercício social de 2023

Companhia registrou em 31 de dezembro de 2023 um prejuízo líquido de R\$ 191.679.332,84 (cento e noventa e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), o qual, subtraído o montante de R\$ 46.519,09 (quarenta e seis mil, quinhentos e dezenove reais e nove centavos), referente à reversão de dividendos prescritos, e adicionado ao prejuízo do exercício o valor negativo de R\$ 26.476.239,24 (vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizou o saldo negativo de prejuízo do exercício no valor de R\$ 218.109.052,99 (duzentos e dezoito milhões, cento e nove mil, cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas que o prejuízo ajustado equivalente a R\$ 218.109.052,99 (duzentos e dezoito milhões, cento e nove mil, cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos) seja absorvido pelo saldo de reserva de reforço de capital de giro.

3. Eleição, pelo acionista controlador, de até 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia

O acionista controlador informou à Companhia que as informações dos candidatos serão enviadas oportunamente.

4. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2025:

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, será de até R\$ 17.133.189,24 (dezesete milhões, cento e trinta e três mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), dividida da seguinte forma:

- (i) Remuneração Global Anual dos Membros do Conselho de Administração: até R\$ 119.520,00 (cento e dezenove mil e quinhentos e vinte reais); e
- (ii) Remuneração máxima dos membros da Diretoria, entre rendimentos fixos e variáveis: até R\$



17.013.669,24 (dezessete milhões, treze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/2022”).

5. Instalação do Conselho Fiscal; eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Considerando que o acionista controlador detém 99,81% do capital social, caberá exclusivamente a ele, na forma do §2º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, votar acerca da instalação do Conselho Fiscal. A administração da Companhia propõe a não instalação do Conselho Fiscal.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal, caso venha a ser instalado, não será inferior ao equivalente a 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1- Alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para atualização do valor do capital social, conforme aumento de capital realizado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

A administração propõe a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a atualizar o valor do capital social e do respectivo número de ações, em decorrência do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reunião realizada em 30 de agosto de 2023.

Em razão da alteração proposta acima, o capital social, consignado no *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia passará dos atuais R\$4.138.230.386,65 (quatro bilhões, cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 240.209.921 (duzentas e quarenta milhões, duzentas e nove mil, novecentas e vinte e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para R\$4.438.230.386,65 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 254.034.806 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, trinta e quatro mil, oitocentas e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em atenção ao art. 12 da Resolução CVM nº 81/2022, o Anexo IV desta Proposta contém o relatório detalhando a origem e a justificativa das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia.



Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022 – Relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 2 do Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último ano, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado.

A Companhia encerrou 2023 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,54, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,46 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,36.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição.

Esta posição se reflete em seu nível de *rating*. Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2023
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	3,46
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	3,36
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,54
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,53
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2023
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,43
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,40
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,02

(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;



Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2023
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	5.340.880
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	6.060.949
TOTAL (R\$ mil)	11.401.829
Capital Próprio (%)	46,84%
Capital de Terceiros (%)	53,16%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 2023, 46,84% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 53,16% oriundos de capital de terceiros (inclui os empréstimos junto ao controlador).

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2023, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição. No último exercício social, a Companhia não possuía contratos com cláusulas financeiras restritivas (*covenants*), realizando apenas o acompanhamento dos seguintes índices financeiros, conforme apresentados abaixo:

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2023
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	3,50	3,36

*Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, assim como o suporte do grupo controlador, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento satisfatório, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações no futuro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social (2023), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iii) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (iv) empréstimos *intercompany* realizados com sua controladora e com outras



companhias sob o mesmo controle acionário.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos e capital de giro.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros. Para complementar a geração de caixa operacional, a Companhia busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro, realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

No exercício de 2023, foram captados junto a controladores diretos e indiretos o montante de R\$ 2.727.387 mil para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinarciar dívidas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2023, estas linhas de *back-up* financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N^{os} 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800.000 mil.

A Companhia também possui limite de mútuo com outras companhias sob o mesmo controle acionário, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N^o 647/2021, no valor de até R\$ 500.000 mil.

Da dívida *intercompany*, o montante de R\$ 3.615.353 mil, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil, com exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia também conta com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar empréstimos junto à sua controladora, financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

Empréstimos (a)	Exercício findo em 31/12/2023
Scotiabank 4131 III	179.697
Scotiabank 4131 IV	107.705
Total de Empréstimos	287.402
Partes Relacionadas	
Enel Brasil	3.615.353
CDSA	41.219
CIEN	210.064
Enel Finance International N.V.	1.798.193
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	5.664.829



Total de Empréstimos e Financiamentos	5.952.231
Instrumentos Financeiros Derivativos	294.982
Total de Empréstimos e Financiamentos	6.247.213
Circulante	5.641.831
Não Circulante	605.382

Características das operações contratadas:

a) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:

- Contrato com Scotiabank III 4131 – Empréstimo contratado em 01 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 36.900.369,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,98;
- Contrato com Scotiabank IV 4131 – Empréstimo contratado em 26 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 22.140.221,40, equivalentes a R\$ 119.999.999,99;

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023
2025	536.084
2026	0
	536.084

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo e Financiamento - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023	%
Moeda nacional		
Taxa Fixa	38.359	0,6%
CDI	6.208.854	99,4%
Total	6.247.213	100,0%



ii. *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BNP, BRADESCO, HSBC, e SCOTIABANK.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. *grau de subordinação entre as dívidas*

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findos em 31 de dezembro de 2023.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. *eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

• Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações.

• Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Em casos específicos, os contratos estabelecem obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia.

• Vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*):

Os principais contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2023
Scotiabank 4131 III	179.697
Scotiabank 4131 IV	107.705
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	287.402
Dívida Bruta Total (b)	6.247.213
(a)/(b)	5%

• Protesto de Títulos

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores



ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia. A Ampla monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2023):

<u>Contratos</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Total (R\$ mil)</u>	<u>Plano de Investimento</u>	<u>Data de contratação</u>	<u>Desembolso em 2022</u>	<u>Desembolso Total</u>	<u>Garantias</u>
Enel Finance International N.V. X	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	262.103	-	03/01/2023	100%	100%	-
Enel Brasil Mútuo 62	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	30.203	-	16/02/2023	100%	100%	-
Enel Brasil Mútuo 63	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	70.482	-	17/04/2023	100%	100%	-
Enel Brasil Mútuo 64	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	45.295	-	25/04/2023	100%	100%	-

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia desembolsou R\$ 408.083 mil de recursos contratados junto a controladores diretos e indiretos, para financiar capital de giro.



g) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas relativas ao Fluxo de Caixa da Companhia:

	2023	2022	Δ \$	Δ %
Atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício	(191.679)	(92.387)	(99.292)	107%
Ajustes para conciliar o prejuízo do período com o caixa das atividades operacionais:				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	149.234	152.883	(3.649)	-2%
Perda de recebíveis de clientes	172.000	103.683	68.317	66%
Depreciação e amortização	711.924	596.416	115.508	19%
Variações cambiais da dívida	(131.642)	-		
Juros e variações monetárias	589.445	194.162	395.283	204%
Marcação a mercado da dívida	(33.813)	-		
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	470.332	733.613	(263.281)	-36%
Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	7.680	-		
Ativos e passivos financeiros setoriais	(106.989)	(82.908)	(24.081)	29%
Atualização do ativo financeiro da concessão	(344.053)	(261.498)	(82.555)	32%
Valor residual de intangível e imobilizado	61.684	37.333	24.351	65%
Tributos e contribuições social diferidos	(141.598)	(96.937)	(44.661)	46%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	174.466	139.893	34.573	25%
Obrigações com benefício pós-emprego	29.703	27.478	2.225	8%
Redução (aumento) dos ativos:				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(570.844)	(483.005)	(87.839)	18%
Créditos a receber - subvenção e outros	10.161	81.367	(71.206)	-88%
Ativo financeiro setorial	106.989	489.769	(382.780)	-78%
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	229.281	134.851	94.430	70%
Outros tributos compensáveis	99.327	(97.812)	197.139	-202%
Depósitos vinculados	(19.224)	61.959	(81.183)	-131%
Serviços em curso	9.123	(13.164)	22.287	-169%
Outros créditos	72.040	(18.255)	90.295	-495%
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	(154.293)	(119.050)	(35.243)	30%
Salários, provisões e encargos sociais	6.765	(7.784)	14.549	-187%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	169.742	(169.742)	-100%
Outras obrigações fiscais	66.388	(207.478)	273.866	-132%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(224.852)	(11.384)	(213.468)	1875%
Passivo financeiro setorial	(60.369)	140.081	(200.450)	-143%
Encargos setoriais	26.369	16.215	10.154	63%
Outras obrigações	136.556	(123.240)	259.796	-211%
	1.150.111	1.464.543		
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(46.597)	(88.705)	42.108	-47%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(170.229)	170.229	-100%
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos, deduzidos do juros capitalizados	(309.532)	(203.174)	(106.358)	52%
Pagamentos de juros de instrumentos financeiros derivativos	(358.453)	(348.393)	(10.060)	3%
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(217.392)	(179.260)	(38.132)	21%
Pagamentos de juros de arrendamento	(14.094)	(7.555)	(6.539)	87%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	204.043	467.227		
Atividades de investimentos:				
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.148.388)	(1.479.429)	331.041	-22%
Títulos e valores mobiliários	7.980	(12.264)	20.244	-165%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.140.408)	(1.491.693)		
Atividades de financiamentos:				
Aumento de capital	300.000	1.640.000	(1.340.000)	100%
Captação de empréstimos e financiamentos	2.727.388	1.342.834	1.384.554	103%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.975.969)	(1.994.491)	18.522	-1%
Pagamentos de arrendamento (principal)	(6.958)	(14.476)	7.518	-52%
Pagamento de dividendos	-	(29)	29	-100%
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(110.950)	(122.200)	11.250	-9%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	933.511	851.638		
Movimentações que não afetaram caixa	(27)	-		
Variação no caixa líquido da Companhia	(2.881)	(172.828)	169.947	-98%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	68.143	240.971	(172.828)	-72%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	65.262	68.143		

Aumento nas linhas de “Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa” e “Perda de recebíveis de clientes”: o aumento observado no acumulado do exercício se explica pelo crescimento da dívida vencida com destaque para a dívida maior que 180 dias e pelo maior reconhecimento de perda definitiva; 5 anos de vencido.

Aumento na linha de “Depreciação e amortização”: Aumento na depreciação e amortização devido ao aumento da base de ativos;

Aumento na linha de “Juros e variações monetárias”: justificada principalmente pelos encargos provisionados de contratos de empréstimos com partes relacionadas com os contratos de mútuos firmados durante o ano de 2023.

Redução na linha de “Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – juros e variação cambial” e



“Marcação a mercado de dívida”: justificada pela variação cambial, tanto USD (4,8413 em dez/23 vs. 5,2177 em dez/22) quanto EUR (5,3516 em dez/23 vs. 5,5694 em dez/22), que faz com que aumente a ponta ativa e diminua a ponta passiva, gerando um efeito líquido do encargo do derivativo positivo; e (ii) finalização de 3 contratos de derivativos.

Redução da linha de “Ativo financeiro setorial”: a redução na constituição de ativo regulatório entre períodos é reflexo da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor. Entre os principais impactos na variação podemos citar: (i) menor aquisição de energia, visto que no período houve maior ocorrência de chuvas ocasionando a diminuição na compra de energia proveniente das termoeletricas. Dessa forma, o PLD torna-se baixo mediante menor custo devido ao risco hidrológico dos principais reservatórios apresentarem-se com estoques elevados. Com isso, as distribuidoras se resguardam de efeitos econômicos com o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais que tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos; e (ii) diminuição no diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema em função do menor despacho da geração fora da ordem de mérito no período, assunto também impactado pelas circunstâncias do atual cenário hidrológico.

Aumento na linha de “Atualização do ativo financeiro da concessão”: Aumento na linha de Atualização do ativo financeiro da concessão é decorrente basicamente do reflexo dos efeitos da revisão tarifária da Companhia. O IPCA acumulado do ano de 2022 foi de 5,79 e 4,62 no ano de 2023.

Aumento na linha de “Valor residual de intangível e imobilizado”: é referente as baixas não recorrentes ocorridas no exercício de 2023.

Variação na linha de “Tributos e contribuições sociais diferidos”: decorrente principalmente sobre o diferido incidente sobre instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, itens temporariamente indedutíveis aumentaram a base de cálculo dos tributos em 2023 pois tiveram perfil de constituição em oposição a 2022 que ocorreram realizações/reversões a tal ponto que não ocorreu registro de tributo corrente.

Variação na linha de “Provisões para processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pela aplicação da multa regulatória sobre indicadores de qualidade, referente ao plano de resultados de 2018/2019.

Variação na linha de “Obrigações com benefício pós-emprego”: se deve principalmente pela aumento do custo dos juros líquidos.

Variação na linha de “Contas a receber de clientes e outros recebíveis”: se deve principalmente pelo aumento das receitas não faturadas e parcelamento de débitos.

Variação na linha de “Créditos a receber - subvenção e outros”: decorrente do ressarcimento à Companhia, referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (Bônus - Redução Voluntária de consumo), ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio do crédito nas liquidações financeiras da CCEE.

Variação na linha de “Imposto de renda e contribuições sociais”: se deve principalmente pelos itens temporariamente indedutíveis aumentaram a base de cálculo dos tributos em 2023 pois tiveram perfil de constituição em oposição a 2022 que ocorreram realizações/reversões a tal ponto que não ocorreu registro de tributo corrente.

Variação na linha de “Outros tributos compensáveis”: se deve principalmente pela constituição de PIS/COFINS compensáveis a restituir aos consumidores em 2023.

Variação na linha de “Depósitos vinculados”: se deve principalmente pelo maior volume de processos judiciais com depósito em garantia bem como a atualização SELIC incidente sobre estes depósitos.

Variação na linha de “Fornecedores”: Aumento em Materiais e Serviços de Terceiros decorrentes do maior volume de atendimento emergencial no 1T23 e 4T23 relacionado aos eventos climáticos de fevereiro e novembro, além da inflação e aumento nos valores dos contratos com empresas parceiras.



Varição na linha de “Outras obrigações fiscais”: é decorrente principalmente pelo aumento das obrigações fiscais estaduais, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS.

Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”: variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.

Aumento na linha de “Encargos setoriais”: decorrente da variação de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (R\$ 15.000) e Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (R\$ 10.596).

Varição na linha de “Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego”: decorrente principalmente pela redução significativa de pagamentos do Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido).

Varição na linha de “Pagamento de imposto de renda e contribuição social”: decorrente dos impostos de renda e contribuições sociais correntes devidos pagos durante o ano.

Varição na linha de “Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados”: durante o exercício de 2023, foram feitas novas captações de dívidas consequentemente ocorreu um aumento de encargos.

Varição na linha de “Pagamento de juros de instrumento derivativo”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (11,6% em 2023 x 13,6% em 2022).

Varição na linha de “Pagamento de processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pelos pagamentos referentes a processos cíveis no montante de R\$ 197.823.

Varição na linha de “Adições para ativo contratual e imobilizado”: pode ser explicada principalmente pelo aumento do saldo de ativo contratual representando um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria da rede que entraram em operação em produção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Varição na linha de “Títulos e valores mobiliários”: pode ser explicada principalmente pela redução das aplicações em fundos de investimentos não exclusivos.

Varição na linha de “Aumento de capital”: pode ser explicada pelo aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023.

Varição na linha de “Captação de empréstimos e financiamentos”: durante o exercício de 2023, foram feitas novas captações de dívidas com a controladora Enel Brasil e com Enel Finance International com CIEN e CDSA todos com a finalidade de financiar investimentos e capital de giro.

Varição na linha de “Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)”: foram feitas amortizações das dívidas vincendas em 2023.

Varição na linha de “Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)”: recebimento de notional de contratos de instrumentos financeiros derivativos com vencimento durante o exercício de 2023.



A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2023		Exercício findo em 31/12/2022		Var. % 2023 x 2022
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Operacional Bruta	11.838.414	100,00%	12.291.231	100,00%	-3,68%
Fornecimento de energia - Mercado Cativo	8.386.824	70,84%	8.594.978	69,93%	-2,42%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.013.703	8,56%	1.043.002	8,49%	-2,81%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres(-77.357	-0,65%	-59.199	-0,48%	30,67%
Subvenção Baixa Renda	198.569	1,68%	87.557	0,71%	126,79%
Subvenção de Recursos CDE	272.693	2,30%	281.596	2,29%	-3,16%
Ativos e passivos financeiros setoriais	468.377	3,96%	352.406	2,87%	32,91%
Receita de Construção	1.084.566	9,16%	1.453.300	11,82%	-25,37%
Venda de energia excedente - MVE	-	-	124.322	1,01%	-
Marcação a mercado de ativo indenizável	344.053	2,91%	261.498	2,13%	31,57%
Outras Receitas	146.986	1,24%	151.771	1,23%	-3,15%
Deduções da Receita	-4.041.926	-34,14%	-4.558.510	-37,09%	-11,33%
ICMS	-2.020.241	-17,07%	-2.276.746	-18,52%	-11,27%
PIS	-134.523	-1,14%	-129.420	-1,05%	3,94%
COFINS	-619.623	-5,23%	-596.116	-4,85%	3,94%
ISS	-4.726	-0,04%	-4.984	-0,04%	-5,18%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-1.188.168	-10,04%	-1.142.027	-9,29%	4,04%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-63.312	-0,53%	-59.704	-0,49%	6,04%
Encargos do consumidor CCRBT	-2.175	-0,02%	-339.846	-2,76%	-99,36%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-9.158	-0,08%	-9.667	-0,08%	-5,27%
Receita Operacional Líquida	7.796.488	65,86%	7.732.721	62,91%	0,82%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.125.817	-60,19%	-6.965.424	-56,67%	2,30%
Custos e despesas não gerenciáveis	-3.824.090	-32,30%	-3.701.089	-30,11%	3,32%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.579.215	-21,79%	-2.661.267	-21,65%	-3,08%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-988.556	-8,35%	-747.486	-6,08%	32,25%
Encargos dos serviços dos sistemas	-256.319	-2,17%	-292.336	-2,38%	-12,32%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.301.727	-27,89%	-3.264.335	-26,56%	1,15%
Pessoal	-214.944	-1,82%	-155.669	-1,27%	38,08%
Material e Serviços de Terceiros	-709.740	-6,00%	-605.645	-4,93%	17,19%
Depreciação e Amortização	-673.754	-5,69%	-560.863	-4,56%	20,13%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-149.234	-1,26%	-152.883	-1,24%	-2,39%
Custo de Construção	-1.084.566	-9,16%	-1.453.300	-11,82%	-25,37%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-139.815	-1,18%	-114.268	-0,93%	22,36%
Perda de recebíveis de clientes	-172.000	-1,45%	-103.683	-0,84%	65,89%
Receita de multas por impontualidade de clientes	90.918	0,77%	90.982	0,74%	-0,07%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-248.592	-2,10%	-209.006	-1,70%	18,94%



EBITDA	1.344.425	11,36%	1.328.160	10,81%	1,22%
Resultado do Serviço	670.671	5,67%	767.297	6,24%	-12,59%
Resultado Financeiro	-942.497	-7,96%	-863.669	-7,03%	9,13%
Receita Financeira	229.708	1,94%	188.575	1,53%	21,81%
Renda de aplicação financeira	29.705	0,25%	23.321	0,19%	27,37%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	40.595	0,34%	53.547	0,44%	-24,19%
Dívida - Marcação a mercado	36.666	0,31%	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	2.534	0,02%	10.214	0,08%	-75,19%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	106.989	0,90%	82.908	0,67%	29,05%
Juros fundo de pensão	-	-	1.772	0,01%	-
Outras receitas financeiras	26.962	0,23%	31.860	0,26%	-15,37%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-13.743	-0,12%	-15.047	-0,12%	-8,67%
Despesas financeiras	-1.173.311	-9,91%	-1.054.453	-8,58%	11,27%
Dívida - marcação a mercado	-2.853	-0,02%	-36.666	-0,30%	-92,22%
Encargo de dívidas e mútuos	-503.650	-4,25%	-367.431	-2,99%	37,07%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-77.081	-0,65%	-135.975	-1,11%	-43,31%
Encargo de fundo de pensão	-27.241	-0,23%	-26.817	-0,22%	1,58%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-348.897	-2,95%	-390.937	-3,18%	-10,75%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-106.176	-0,90%	-44.028	-0,36%	141,16%
Outras despesas financeiras	-107.413	-0,91%	-52.599	-0,43%	104,21%
Variações Cambiais	1.106	0,01%	2.209	0,02%	-49,93%
Variações Cambiais - Empréstimos	131.642	1,11%	352.864	2,87%	-62,69%
Variações Cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	-131.649	-1,11%	-352.890	-2,87%	-62,69%
Outras variações cambiais	1.113	0,01%	2.235	0,02%	-50,20%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	-271.826	-2,30%	-96.372	-0,78%	182,06%
Tributos e Outros	80.147	0,68%	3.985	0,03%	1911,22%
Lucro Líquido do Período	-191.679	-1,62%	-92.387	-0,75%	107,47%



Resultados 2023 x 2022

A Companhia encerrou 2023 com um aumento de 5,2% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2022, explicado pelo aumento na mesma ordem, no mercado cativo. No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram redução de 9,2% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento de mais de 100% em 2023 em comparação ao ano anterior, resultado do enquadramento automático de clientes (Resolução Normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022), bem como do plano de aceleração do cadastro que contou com reforço de comunicação, capacitação das lojas, parceria com as prefeituras e aperfeiçoamento do cadastro. Já os clientes livres apresentaram crescimento de 16,4% no ano, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

O consumo do mercado cativo em 2023 apresentou um crescimento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado, influenciado pelo alto consumo no último trimestre do ano. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução/estabilidade das demais classes, relacionado principalmente à migração de clientes para o mercado livre.

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 28,7% em 2023 em comparação ao 2022 em razão do crescimento do número de clientes em todas as classes, sobretudo do setor comercial, contribuindo para o aumento do consumo. No setor comercial, destaca-se o aumento do consumo em varejo, saúde, serviços financeiro e telecom. Já no setor industrial, observa-se a alta dos principais setores: veículos, petróleo e gás, químicos e borracha e plástico.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação positiva de 0,8% em 2023, ou R\$ 63,8 milhões, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 7,8 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia em 2023, alcançou o montante de R\$ 6,7 bilhões, um aumento de R\$ 432,5 milhões em relação a 2022, cujo montante foi de R\$ 6,3 bilhões. Destaca-se a variação no 2023 versus 2022 dos seguintes itens que compõem a receita operacional líquida:

- Principal efeito associado ao impacto positivo da redução nas deduções da receita em 2023, na ordem de 11,3% ou R\$ 516,6 milhões em comparação com 2022, sendo os principais efeitos:
 - Redução de 7,6% (R\$ 228,2 milhões) no total de tributos, decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e;
 - Redução de 18,6% ou R\$ 288,4 milhões em Encargos Setoriais, derivados sobretudo pela redução de R\$ 337,7 milhões na rubrica de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. Em 2022 houve a vigência da bandeira de escassez hídrica até o mês de abril enquanto em 2023, houve a vigência da bandeira verde durante todo os meses do período.
- Também contribuiu para a variação positiva da receita líquida: (i) o aumento na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 82,6 milhões em razão da deflação registrada no ano anterior e o aumento da base de ativos em decorrência da revisão tarifária; e (ii) o aumento na linha de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais na ordem de R\$ 116,0 milhões, como resultado de maior constituição de ativo regulatório no período, reflexo da redução dos custos entre os períodos.

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Redução da rubrica de fornecimento de energia em R\$ 208,2 milhões refletindo os seguintes efeitos: (i) menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022, (ii) impacto da bandeira de escassez hídrica que esteve vigente até abril de 2022 e aumentou a arrecadação em tal período, afetando a base de comparação e (iii) ajuste na metodologia no cálculo da tarifa dos clientes livres, realizado no mês de agosto;



- Redução de R\$ 124,3 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE, em razão da não participação no mecanismo em 2023.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 2,3% (R\$ 160,4 milhões) no ano em relação a 2022. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 6,0 bilhões em 2023, o que representa um aumento de 9,6% (R\$ 529,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os custos e despesas não gerenciáveis totalizaram R\$ 3,8 bilhão, resultado 3,3% ou R\$ 123,0 milhões superior em relação ao mesmo período em 2022 em razão do aumento de R\$ 241,1 milhões na rubrica relacionada a encargos do uso do sistema de transmissão relacionado ao maior nível de despacho por segurança energética.

Os custos e despesas gerenciáveis somaram R\$ 3,3 bilhões, montante 1,1% superior comparado ao mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção, houve um aumento de 22,4% ou R\$ 406,1 milhões, explicado por:

- Aumento de R\$ 113,0 milhões em depreciação e amortização devido ao aumento da base de ativos;
- Aumento de R\$ 104,1 milhões em Materiais e Serviços de Terceiros decorrentes do maior volume de atendimento emergencial no 1T23 e 4T23 relacionado aos eventos climáticos de fevereiro e novembro, além da inflação e aumento nos valores dos contratos com empresas parceiras;
- Aumento de R\$ 68,3 milhões em perdas de recebíveis de clientes em razão de *write-off* da dívida;
- Aumento de R\$ 59,3 milhões com despesa de pessoal devido ao pagamento de bônus, à internalização de parte das equipes operacionais e pelos eventos climáticos extraordinários de fevereiro e novembro;
- Aumento de R\$ 39,6 milhões em outras receitas/despesas operacionais em decorrência das perdas líquidas relacionadas à alienação e desativação de bens e direitos obrigatórios para a regularização físico-contábil pós revisão tarifária;
- Aumento de R\$ 25,5 milhões explicado principalmente pela provisão relacionada ao auto de infração nº 29/2020 conforme nota explicativa 17.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA

O EBITDA da Enel Rio atingiu o montante de R\$ 1,3 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 16,3 milhões em relação a 2022, relacionado ao aumento da margem, que compensou o aumento das despesas gerenciáveis.

Resultado Financeiro

Em 2023, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 942,5 milhões, montante 9,1% superior ao valor registrado em 2022 (R\$ 863,7 milhões), em decorrência de:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 31,4 milhões nas rubricas de dívida (Dívida Marcação a mercado, Instrumento financeiro derivativo, encargos de dívidas e mútuos, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI (13,04% 2023 vs. 12,39% 2022), em conjunto com um aumento no volume de dívida contratada entre os períodos analisados;
- Redução líquida na receita de variação monetária de ativos financeiros setoriais no montante de R\$ 38,1 milhões em razão de menor saldo ativo da CVA em 2023 versus 2022.



Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 58,9 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em função de reversões de contingências registradas ao longo dos nove primeiros meses do ano, reduzindo a base de atualização.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 191,7 milhões em 2023, o que representa uma piora de R\$ 99,3 milhões em relação a 2022, em decorrência principalmente da maior despesa associada à depreciação e amortização registrada no ano, além da maior despesa financeira líquida, conforme explicado anteriormente.

2.2. Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Companhia). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2023, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica (Mercado Cativo e Livre) atingiu um montante de R\$ 9.794,4 milhões, refletindo os seguintes efeitos: (i) menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022, (ii) impacto da bandeira de escassez hídrica que esteve vigente até abril de 2022 e aumentou a arrecadação em tal período, afetando a base de comparação e (iii) ajuste na metodologia no cálculo da tarifa dos clientes livres, realizado no mês de agosto.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio



econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira Escassez Hídrica** possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. De janeiro a dezembro de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e 2023, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD Gatilho - R\$/MWh		Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica		55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD Gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os



valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Revisão Tarifária Periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 14 de março, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.177/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia de +3,79% composto por reajuste econômico de +6,30% e componente financeiro de -2,51%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, -0,51%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,28%.

Revisão Tarifária Extraordinária (Efeitos da Pandemia e Lei do Corte)

Em 10 de março de 2022, a Enel Rio protocolou pedido de Revisão Tarifária Extraordinária à ANEEL, em função dos efeitos da pandemia de COVID 19 e da situação extraordinária decorrente da Lei Estadual nº 8.976/2020, editada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de junho de 2023, a diretoria da ANEEL decidiu pela realização da Consulta Pública nº 019/2023 para discutir o referido pedido de Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Enel Distribuição Rio de Janeiro. O prazo para envio de contribuições foi até 31 de julho de 2023.

Em 31 de outubro de 2023, em reunião pública de diretoria, a diretoria colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia. Os efeitos da RTE, conforme o Despacho ANEEL nº 4.089/2023, serão considerados como componente financeiro no próximo processo tarifário, a ser realizado em 15 de março de 2024. Dessa forma, por se tratar de um componente financeiro apurado desde a aprovação da referida RTE, a Companhia efetuou a contabilização do montante atualizado para 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 177.057 mil.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são



reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas nas demonstrações financeiras e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia.

b) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.



O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativas ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
(R\$ mil, exceto %)	
EBITDA	1.344.425

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	(191.679)
(+) Resultado financeiro	942.497
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	61.451
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.598
(+) Depreciação e amortização	673.754
(=) EBITDA	1.344.425

c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações EBITDA

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício



social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Mútuos Enel Brasil

Em 2 de janeiro de 2024, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 101.114. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 26 de junho de 2024 a uma taxa de CDI + 1,25 a.a.

Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 798.984. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 18 de abril de 2024 a uma taxa de CDI + 1,25 a.a.

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantias
Enel Brasil Mútuo 74	101.114	02/01/2024	26/06/2024	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 75	798.984	19/01/2024	18/04/2024	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2023, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A., o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de 5% do lucro do exercício para constituição de reserva legal até atingir 20% do capital social e o lucro remanescente será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito.</p> <p>Adicionalmente, nos termos do art. 27, §2º do estatuto social e do art. 202, §4º da Lei das S.A., a distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício em que a administração da Companhia informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal dar seu parecer a respeito.</p>



a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um prejuízo no montante de R\$ 191.679.332,84 (cento e noventa e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos) e, portanto, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não Aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um prejuízo no montante de R\$ 191.679.332,84 (cento e noventa e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos) e, portanto, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.
b. regras sobredistribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	O pagamento de dividendos da Companhia ocorre anualmente. No entanto, nos termos do artigo 27, §6º, do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.



<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>De acordo com os contratos financeiros celebrados pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide os itens 2.1(f)(iv) deste documento.</p> <p>O 6º Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, celebrado em 14/03/2017 entre a Companhia e a União, também estipula a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404, de 1976) e à reserva para contingências (art. 195 da Lei das S.A.) e reversão desta última reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados e observáveis a partir das demonstrações contábeis regulatórias do ano civil subsequentes entregues à ANEEL.</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados a qual foi definida e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de novembro de 2023.</p>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.



b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2023, os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 455,2 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2024 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023
Manutenção	483.399
Crescimento	167.495
Novas Conexões	455.188
Financiado pela Companhia	1.106.081
Financiado pelo Cliente	66.919
Total Investido	1.173.000

Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e conseqüentemente prezando pela transparência, a partir deste trimestre os valores das subcontas que estavam alocados na linha "outros" passam a compor as devidas rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros. A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário,



torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;



iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2023 a Enel Distribuição Rio realizou 54 projetos que beneficiaram mais de 493 mil pessoas, com um investimento de R\$ 38 milhões. Também foram gerados R\$ 7,2 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2023, esses investimentos ambientais somaram R\$ 15,1 milhões.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



Anexo II – Destinação do Lucro Líquido

Tendo em vista que a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2023 um prejuízo de R\$ 191.679.332,84 (cento e noventa e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), não se aplica o preenchimento de alguns itens conforme abaixo especificados.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2023	R\$	-
---------------------------------	-----	---

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2023 R\$	2022 R\$	2021 R\$
Montante Global	-	-	19.807.951,87
Valor por Ação	-	-	0,08246101

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	-
--	---

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias
Dividendos	-

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.



6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucrosapurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos já declarados

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2023 (R \$)	2022 (R \$)	2021 (R \$)
Lucro Líquido	-	-	83.401.902,59
Lucro Líquido por Ação	-	-	0,34720424
Lucro Líquido por Ação Ordinária	-	-	0,34720424

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2023 (R \$)	2022 (R \$)	2021 (R \$)
Dividendos	-	-	19.807.951,87
Proventos totais por ação ordinária	-	-	0,08246101

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II § 1º do artigo 26 do Estatuto Social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II § 1º do artigo 26 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.



c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

b. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.



c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 26 do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto. O saldo dessa reserva não pode exceder 100% (cem por cento) do valor do capital subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O prejuízo de R\$ 191.679.332,84 (cento e noventa e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos) apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi absorvido por parte do saldo da reserva de reforço de capital de giro constituída em períodos anteriores.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2023 com prejuízo.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais



a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.



Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 13 da instrução CVM nº 81/2022 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 8 do formulário de referência da companhia

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia nota que, embora não possua uma política de remuneração formalmente aprovada, adota práticas de remuneração em linha com o previsto na legislação aplicável e orientações gerais do grupo Enel. Adicionalmente, as práticas de remuneração são estipuladas considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

As práticas de remuneração se aplicam aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Membros do Conselho de Administração e aos demais colaboradores da Companhia.

Em linha com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação da remuneração global e individual da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração é de competência da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia não possui Conselho Fiscal.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo, que visam atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração individual, seja ela variável ou fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disso, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

As pesquisas são realizadas por consultorias certificadas e reconhecidas. A coordenação do processo de análise e aplicação dos resultados práticos internamente é realizada pela área de pessoas e organização.



iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Vale notar que para o ano de 2020 a remuneração era paga de acordo com a participação em reuniões.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos diretores estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo (pago anualmente) e bônus de longo prazo (pagamento em 3 anos e elegibilidade conforme definido em regulamento interno da companhia), com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os diretores estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece a seus diretores estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) *check-up* médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos diretores não estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo pago anualmente com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os diretores não estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:



A Companhia oferece a seus diretores não estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) *check-up* médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será realizada em linha com o previsto na legislação aplicável.

Comitês

A Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados. Quando instalados, caberá ao Conselho de Administração definir a composição da remuneração dos órgãos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Para a Diretoria Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Remuneração fixa	66%	69%	58%
Remuneração variável	30%	29%	36%
Benefícios	4%	2%	6%
Outros	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Para a Diretoria Não Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Não Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Remuneração fixa	74%	75%	75%
Remuneração variável	18%	17%	16%
Benefícios	8%	8%	9%
Total	100%	100%	100%

Para os membros do Conselho de Administração que fazem retirada mensal a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Conselho de Administração	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Remuneração Fixa	0%	0%	0%
Salário Base	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%



Total	100%	100%	100%
-------	------	------	------

A Companhia não possui comitês instalados ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para a Diretoria Estatutária, Não Estatutária e Conselhos de Administração e Fiscal, a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração é proposta pela Diretoria de Pessoas e Organização seguindo práticas do acionista controlador, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo e submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Adicionalmente a Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores referências de mercado disponíveis e para manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. Estas pesquisas consideram amostra de empresas de porte semelhante ao da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável das Diretorias Estatutária e Não Estatutária é baseada em indicadores de desempenho de cunho econômico-financeiro relacionados à lucratividade do negócio da Companhia, medido por exemplo através do EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) e lucro líquido; geração de caixa, através do fluxo de caixa operacional (FFO) e o nível de despesas operacionais (OPEX), entre outros.

Ademais, na definição da remuneração variável das Diretorias Estatutária e Não Estatutária, também são considerados aspectos relacionados à métricas ASG, tais como indicadores relacionados à segurança do trabalho, que abrange tópicos como frequência de acidentes de trabalho e ocorrências de fatalidades, em conformidade com indicadores incluídos no framework do GRI (*Global Reporting Initiative*).

A Companhia nota que, indicadores referentes à projetos específicos relacionados as áreas de atuação dos Diretores Estatutários também podem vir a compor a respectiva remuneração variável. Tais indicadores compõem o MBO (*Management by Objectives*) da Companhia. De acordo com o conceito deste programa, cada indicador de desempenho possui uma meta específica, onde existe um percentual mínimo de atingimento.

As metas individuais são definidas a nível global e desdobradas para os membros das Diretorias Estatutária e Não Estatutária. Os indicadores de desempenho são verificados através do acompanhamento de assuntos correlatos, no mínimo bimestralmente, quando ocorre a Reunião do Conselho de Administração com a participação da Diretoria Estatutária. A avaliação de atingimento é realizada anualmente pela *holding* do Grupo Enel.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os elementos que compõem a remuneração levam em conta as práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador, a fim de garantir maior atratividade e retenção de renomados administradores para a Companhia.

A partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia renunciaram integralmente ao recebimento de remuneração relativa ao exercício de suas funções na Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos



Parte da Diretoria da Companhia possui remuneração (fixa e variável) suportada pelo acionista controlador.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	10	-	19
Nº de membros remunerados	3	10	-	13
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	119.520,00	7.365.443,90	-	7.484.963,90
Benefícios direto e indireto	0	1.344.317,80	-	1.344.317,80
Participações em comitês	0	0	-	0
Outros	0	1.619.809,37	-	1.619.809,37
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	6.684.098,16	-	6.684.098,16
Participação de resultados	0	0	-	0
Participação em reuniões	0	0	-	0
Comissões	0	0	-	0
Outros	0	0	-	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	-	0
Cessação do cargo	0	0	-	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Observação				
Total da remuneração	119.520,00	17.013.669,24	-	17.133.189,24

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	9	-	16
Nº de membros remunerados	1	2	-	3
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	59.760,00	1.583.397,69	-	1.643.157,69
Benefícios direto e indireto	0	147.789,02	-	147.789,02
Participações em comitês	0		-	0
Outros	0	438.520,95	-	438.520,95
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	908.838,07	-	908.838,07
Participação de resultados	0	0	-	0
Participação em reuniões	0	0	-	0
Comissões	0	0	-	0
Outros	0	0	-	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	-	0
Cessação do cargo	0	0	-	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Observação				
Total da remuneração	59.760,00	3.078.545,73	-	3.138.305,73


Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	10	-	17,00
Nº de membros remunerados	1	2	-	3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	52.000,00	1.431.710,89	-	1.483.710,89
Benefícios direto e indireto	0	65.436,84	-	65.436,84
Participações em comitês	0	0	-	0
Outros	0	401.586,83	-	401.586,83
Descrição de outras remunerações fixas	0	.		
Remuneração variável	0			
Bônus	0	758.998,27	-	758.998,27
Participação de resultados	0	0	-	0
Participação em reuniões	0	0	-	0
Comissões	0	0	-	0
Outros	0	0	-	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0		0
Pós-emprego	0	0	-	0
Cessação do cargo	0	0	-	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Observação				
Total da remuneração	52.000,00	2.657.732,83	-	2.709.732,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	7	-	14,00
Nº de membros remunerados	1	3	-	4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0	1.686.660,03	-	1.686.660,03
Benefícios direto e indireto	0	189.213,34	-	189.213,34
Participações em comitês	43.733,71	0	-	43.733,71
Outros	0	242.258,97	-	242.258,97
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sobre a remuneração da Diretoria Estatutária.		
Remuneração variável				
Bônus	0	1.222.448,22	-	1.222.448,22



Participação de resultados	0	0	-	0
Participação em reuniões	0	0	-	0
Comissões	0	0	-	0
Outros	0	0	-	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	-	0
Cessação do cargo	0	430.337,66	-	430.337,66
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Observação				
Total da remuneração	43.733,71	3.770.918,22	-	3.814.651,93

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável Prevista para o Exercício Social de 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	9	10	-	19
N.º total de membros remunerados	3	10	-	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	8.020.917,80	-	8.020.917,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	6.684.098,16	-	6.684.098,16
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	-	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	-	0



Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7	10	-	17
N.º total de membros remunerados	0	2	-	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.127.031,84	-	1.127.031,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	939.193,20	-	939.193,20
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	908.838,07	-	908.838,07
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	-	0

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7	10	-	17,00
N.º total de membros remunerados	0	2	-	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	910.797,93	-	910.797,93



Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	656.148,53	-	656.148,53
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	758.998,27	-	758.998,27
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	-	0

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7	7	-	14,00
N.º total de membros remunerados	0	3	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.624.688,76	-	1.624.688,76
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.353.907,30	-	1.353.907,30
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	1.222.448,22	-	1.222.448,22
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0



Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	-	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	-	0

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía no último exercício social e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações no último exercício social.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar



tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	31 de dezembro de 2023	
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária
De Emissão da Própria Companhia		
Ações Ordinárias	14	0
Ações Preferenciais Classe A	0	0
Ações Preferenciais Classe B	0	0
Controladores Diretos ou Indiretos		
Enel Brasil S/A	0	0
Sociedades Controladas	0	0
Sociedades sob Controle Comum	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Exercício social findo em 31.12.2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	6	9
N.º de membros remunerados	1	2
Nome do plano	N/A	PACV – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável



Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e cinco anos de contribuição.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 437.300,97
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 23.689,35
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Ao se desligar da patrocinadora, possuindo 5 anos de contribuição, é possível o resgate de 100% das contribuições corrigidas e parte dos valores aportados pela patrocinadora (2/12% ao mês até o máximo de 50%).



8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	9	10	7	6	7	7
Nº de membros remunerados	2	2	3	1	1	1
Valor da maior remuneração Real	2.147.446,87	1.412.353,41	1.569.388,73	59.760,00	52.000,00	43.773,71
Valor da menor remuneração Real	931.098,86	1.245.379,42	1.084.327,61	59.760,00	52.000,00	43.773,71
Valor médio da remuneração Real	1.539.272,87	1.328.866,42	1.256.972,74	59.760,00	52.000,00	43.773,71

Observação:

2023

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2022

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2021

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da



remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração e/ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 2021	Exercício 2022	Exercício 2023	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	58%	47%	10%	0%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum pagamento aos administradores decorrentes de serviços prestados que divergem das funções por eles ocupadas.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Todos os valores foram percebidos em razão do exercício dos respectivos cargos na administração, conforme o caso, dos respectivos controladores diretos e indiretos ou sociedades sob controle comum com a Companhia.



Conselho de Administração				
	2021	2022	2023	Prevista para 2024
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	2.401.726,68	1.080.070,78	3.623.253,16	3.623.253,16
Fixa	1.037.075,95	1.080.070,78	3.016.475,24	3.016.475,24
Variável	1.364.650,73	-	606.778,53	606.778,53
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

Diretoria Estatutária				
	2021	2022	2023	Prevista para 2024
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	5.437.089,17	8.446.918,77	11.366.001,92	11.366.001,92
Fixa	3.050.305,29	5.743.214,44	8.996.436,43	8.996.436,43
Variável	2.386.783,88	2.703.704,33	2.369.565,49	2.369.565,49
Sociedades sob Controle Comum	4.154.957,99	3.909.470,84	1.577.678,48	1.577.678,48
Fixa	2.735.173,16	2.784.851,28	1.297.209,20	1.297.209,20
Variável	1.419.784,83	1.124.619,56	280.469,28	280.469,28
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

Conselho Fiscal				
	2021	2022	2023	Previst a para 2024
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-



8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante relacionada à esta seção 8.



Anexo IV – Aprovação da modificação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Companhia aberta

CNPJ N.º 33.050.071/0001-58 NIRE N.º 3330005494-4

O Conselho de Administração da **Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”)** submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 26/04/2023, nos termos a seguir expostos:

Proposta da administração para alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social.

Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução CVM 81/2022, a Administração apresenta a proposta de redação do caput do artigo 5º do estatuto social, demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	Sem alteração.
ART. 5º. O Capital Social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$4.138.230.386,65 (quatro bilhões, cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 240.209.921 (duzentas e quarenta milhões, duzentas e nove mil, novecentas e vinte e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.	ART. 5º. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$4.438.230.386,65 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 254.034.806 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.	Alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reunião realizada em 30 de agosto de 2023.